

POLISSEMIA, METONÍMIA OU EXTENSÃO DE SENTIDO: UM ESTUDO DA METONÍMIA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS DA SEMÂNTICA

Mônica Mano Trindade Ferraz¹

monicatrin@hotmail.com

RESUMO: A partir de diferentes perspectivas da semântica, pretende-se, neste artigo, discutir a metonímia, como um processo que pode ser tratado sob o enfoque lexical, cognitivista ou pragmático. Para se chegar a esse quadro, é necessário percorrer os seguintes passos: a comparação entre a metonímia e a polissemia sistemática, a partir da Teoria do Léxico Gerativo, Pustejovsky (1995), a apresentação do mesmo fenômeno na perspectiva cognitivista, a discussão do limite entre critérios linguísticos e pragmáticos na explicação para as ocorrências metonímicas dependentes de contextos específicos. Finalmente, apresenta-se o processo de composição enriquecida, Jackendoff (2002), posto aqui como um possível modelo de representação conceptual para os processos metonímicos não convencionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: semântica; metonímia; polissemia.

INTRODUÇÃO

A metonímia, objeto de investigação neste artigo, é tradicionalmente tratada pelos gramáticos como um dos recursos estilísticos da língua, processo em que se emprega um termo para designar outro. De modo geral, na perspectiva linguística, trata-se metonímia como um processo de associação semântica através da contiguidade de significados, ou seja, o falante de uma determinada língua faz uma aproximação entre o significado de um termo e o significado de outro. Assim, a referência é um conceito relevante para compreendermos a metonímia, pois se trata de um recurso em que utilizamos um termo, não para nos referirmos ao objeto designado por este, mas para fazer referência a outro objeto, em função de haver algum tipo de relação entre ambos os objetos. Ainda na metonímia usamos um termo para fazer referência à parte do objeto por ele designado, ou até mesmo ao contrário, indicamos a parte do objeto para fazer referência ao todo. Tais processos metonímicos podem

¹ Doutora e professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

compreender inúmeras relações, como, por exemplo, as de parte-todo, continente-conteúdo, autor-obra, marca-produto, lugar-pessoa etc.

A semântica, tradicionalmente definida como o estudo do significado, tem buscado tratar as questões que envolvem a compreensão deste, desde sua definição e seu lugar no universo da linguagem, até a demonstração da aplicabilidade dos estudos em torno do tema. Essa tarefa, nada simples, coloca-se como um desafio aos semanticistas, dadas as dificuldades encontradas, de início, em relação ao próprio conceito de significado. Apresentam-se, portanto, na história da semântica, várias abordagens e concepções, o que implica diferentes posturas metodológicas ao lidar com a explicação sobre o significado de certos fenômenos da língua. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar um estudo da metonímia, processo recorrente na língua, sob diferentes enfoques. Não se trata de defender uma teoria ou um conceito para o fenômeno linguístico abordado, como também não se pretende uma análise exaustiva de todas as ocorrências da metonímia, mas se trata de mostrar algumas das diferentes possibilidades de se olhar para o mesmo fenômeno. Para tal, faz-se necessário percorrer um caminho no qual se organizam as seções do texto. Inicialmente, apresentamos a metonímia em uma perspectiva lexical, quando comparada à polissemia lógica, conforme abordado por Pustejovsky (1995). Em sequência, contrapomos essa abordagem com o tratamento dado à metonímia pelos estudiosos da semântica cognitiva. Na seção seguinte, tratamos de abordar os casos de metonímia nem sempre convencionalizados, discutindo a relevância do contexto na interpretação de tais fenômenos. Finalmente, retomamos o tratamento formal, pela leitura de Jackendoff (2002), que estuda o significado a partir de uma abordagem representacional/mentalística e propõe a inserção de elementos da pragmática na estrutura conceptual, quando apresenta o processo de composição enriquecida, processo esse tomado aqui como um possível modelo de representação conceptual para os processos metonímicos não convencionalizados. Portanto, a relação entre a metonímia e a polissemia, bem como a discussão entre os processos de lexicalização e contextualização, estão presentes no decorrer do artigo, em que buscamos mostrar as diferentes definições para o nosso objeto de investigação: polissemia, metonímia ou extensão de sentido?

1. METONÍMIA E POLISSEMIA LÓGICA

Nesta seção, nosso foco é mostrar a aproximação entre o fenômeno da metonímia e a polissemia lógica, a partir da apresentação da Teoria do Léxico Gerativo (TLG). Para tanto, iniciamos com a exposição da referida teoria.

De acordo com Pustejovsky (1995), muitas palavras da língua têm mais de um sentido, propriedade esta geralmente denominada de polissemia, no entanto, a natureza dessa duplicidade de sentidos pode ser variada. Desse modo, o autor cita a distinção feita por Weinreich (1964) entre ambiguidade contrastiva e polissemia complementar, baseando-se em exemplos como o uso de *banco* nos seguintes enunciados:

- (1) Ele está sentado no *banco* da praça.
- (2) Ele é cliente deste *banco* há anos.
- (3) O *banco* não cobra taxa referente a cheque especial.
- (4) O *banco* foi construído em 1996.

Comparando (1) e (2), podemos afirmar que *banco* refere-se, respectivamente, a assento e instituição financeira, portanto são acionados dois sentidos de base diferentes, fenômeno classificado de ambiguidade contrastiva. Já em (3) e (4), temos a ambiguidade complementar, pois se trata de dois sentidos para este item lexical que, na verdade, são manifestações do mesmo significado básico. Essa diferença entre ambiguidade contrastiva e complementar equivale à diferença tradicionalmente considerada entre homonímia e polissemia.

É relevante, neste artigo, o segundo tipo de ambiguidade, uma vez que constitui o objeto de estudo de Pustejovsky (1995: 28), que acaba por definir a polissemia lógica como uma “[...] ambigüidade complementar sem alteração no item lexical, mas com sentidos superpostos e dependentes”. Segundo o autor, podem ser descritas como casos de polissemia lógica as várias alternâncias que sistematicamente ocorrem em nomes, tais como:

- Contáveis / não contáveis:

O fazendeiro adquiriu doze *carneiros* (animal) / Ele sempre come *carneiro* (carne do animal)

- Recipiente / conteúdo:

Ele comprou três *cervejas* (lata/garrafa) / Ele tomou *cerveja* (líquido)

- Objeto / espaço ou “inversão figura fundo”:(figure/ground reversals)

A *porta* está quebrada (objeto) / Todos saíram pela *porta* (abertura)

- Lugar / pessoa:

São Paulo possui muitas avenidas (território) / *São Paulo* votou em Marta Suplicy (população)

Certamente, para cada grupo de alternância relacionado, poderíamos acrescentar uma série de outros exemplos encontrados na língua. Por exemplo, a alternância lugar/pessoa, que

se refere a uma relação de sentidos entre cidade/população, é encontrada em palavras como *igreja, universidade, empresa* etc.

Tal recorrência justifica o tratamento dado a esse tipo de polissemia como polissemia lógica, pois há algo incorporado à natureza lexical desses termos que os torna polissêmicos, e esse é um fenômeno produtivo na língua. Cria-se, dessa forma, uma tipologia lexical na qual se prevê que podem ocorrer regras sistematizadas que acarretem a polissemia.

É perceptível a semelhança entre a metonímia e as alternâncias citadas como casos de polissemia lógica. Tomemos como exemplo a relação lugar/pessoa, presente em:

(5) *São Paulo* votou em Fernando Haddad.

O enunciado acima é um exemplo clássico de metonímia, pois o nome *São Paulo* está sendo usado em substituição ao nome *eleitores* ou *população*, uma vez que há uma relação de proximidade entre *cidade* e *seus habitantes*. Para Pustejovsky, a possibilidade de ocorrência de um enunciado como (5) se dá pelo fato de, diante de *São Paulo* (ou de qualquer outro nome de cidade), podermos acionar esses dois sentidos - lugar e população -, presentes na estrutura lexical, o que justifica a denominação de tal fenômeno como polissemia.

Com o intuito de propor uma teoria que seja capaz de estabelecer regras que expliquem a sistematicidade dos casos de polissemia, Pustejovsky (1995) expõe a Teoria do Léxico Gerativo como um modelo vantajoso no que diz respeito ao aspecto criativo e econômico da língua. Seu primeiro pressuposto diz respeito ao fato de que o que ocorre no âmbito da sentença está regulado pelo léxico, e a caracterização dos itens lexicais passa pela existência de quatro níveis distintos para a representação da informação sintático-semântica:

Estrutura argumental (A)	especifica o número e o tipo de argumentos de um predicado.
Estrutura eventiva (E)	exprime o tipo de evento associado a uma expressão lexical.
Estrutura qualia (Q)	indica as principais características semânticas dos itens lexicais (os seus constituintes, função ou origem)
Estrutura de herança lexical (H)	estabelece a relação entre uma estrutura lexical e as outras estruturas lexicais numa matriz.

Tabela 1: TLG – níveis de representação da informação sintático-semântica

Assim, assume-se a posição de que a semântica lexical pode ser definida como uma estrutura constituída por esses quatro componentes, dentre os quais cabe apresentar, neste artigo, a estrutura Qualia.

Trata-se de uma estrutura que representa a formação dos papéis semânticos da estrutura subjacente de um item lexical. Para o referido autor, é a estrutura que reúne a informação semântica importante para a representação dos elementos definidores de um objeto semântico, com base em quatro aspectos relacionais, que são os papéis qualia apresentados a seguir:

Quale Constitutivo	Especifica a relação entre o objeto e seus constituintes.
Quale Formal	Explicita a distinção do objeto dentro de um domínio mais abrangente.
Quale Têlico	Indica a finalidade do objeto.
Quale Agentivo	Especifica a origem do objeto.

Tabela 2:TLG - Estrutura Qualia

Desse modo, teríamos a seguinte representação do nome *cidade* nessa estrutura:

<p>Quale Constitutivo: x é constituído por z</p> <p>Quale formal: x é uma divisão administrativa</p> <p>Quale têlico: x serve para um conjunto de y morar</p>
<p>X:entidade administrativa; Y:pessoas; Z:território</p>

Quadro 1: Representação da estrutura Qualia para *cidade*

Quando, anteriormente, propusemos o emprego do termo *São Paulo* (enunciado 05) como um caso de metonímia, uma vez que o nome do lugar se apresenta em substituição às pessoas que o habitam, fizemos referência ao fato de lugar e pessoa serem sentidos presentes na estrutura lexical de *cidade*. Isso se explica com a representação da estrutura Qualia, pois, na verdade, no enunciado (05), acionamos duas das três facetas de sentido contidas no nome *cidade*: Y e Z.

Pode-se dizer que, na perspectiva do Léxico Gerativo, as alternâncias conhecidas como metonímia são explicadas como casos de polissemia lógica, considerando os casos em

que se prevê sistematicidade no processo. De modo diferente deste tratamento lexical formal, a metonímia e a polissemia podem ser vistas como processos distintos, quando, por exemplo, estudadas sob enfoque cognitivista, conforme veremos em sequência.

2. METONÍMIA E SEMÂNTICA COGNITIVA

Na abordagem da semântica cognitiva, para a qual o significado é uma questão da cognição em geral, e não um fenômeno puramente linguístico, pois não envolve uma relação de pareamento entre linguagem e mundo, ao contrário, emerge das nossas significações corpóreas do mundo, dois mecanismos são privilegiados: metáfora e metonímia. Ao comparar esses dois processos, Barcelona (2003) chama a atenção para o fato de os estudos pautados na linguística cognitiva atribuírem menos atenção à metonímia. Em sequência, Barcelona (2003: 34) define metonímia como uma relação que ocorre no âmbito do mesmo domínio conceitual: “[...] conceptual projection whereby one experiential domain is partially understood in terms of another experiential domain included in the same common experiential domain”². Na perspectiva cognitivista, a noção de domínios é relevante para o conceito de metonímia, como pode ser observado nas concepções dadas pelos demais autores apresentados.

Segundo Lakoff & Johnson (2002), metáfora e metonímia não são somente um recurso poético ou retórico, nem somente uma questão de linguagem, mas fazem parte da maneira como agimos, pensamos e falamos no dia-a-dia. Todavia, são processos de diferente natureza. Enquanto a metáfora tem a função de compreensão – um modo de conceber uma coisa em termos de outra –, a metonímia tem uma função referencial, pois nos permite usar uma entidade para representar outra. Os autores não consideram as metonímias como ocorrências casuais ou aleatórias, e sim como conceitos sistemáticos, com exemplos representativos em nossa cultura. Assim, apontam como exemplo de processos metonímicos as relações:

- Parte pelo todo: tenho um novo *8 válvulas*
- Produtor pelo produto: ele comprou um *Ford*
- Objeto pelo usuário: o *saxofone* está resfriado hoje
- Instituição pelos responsáveis: a *Esso* aumentou seus preços novamente
- Lugar pela instituição: a *Casa Branca* não está se pronunciando
- Lugar pelo evento: não deixemos que a Tailândia se torne um outro *Vietnã*

² [...] projeção conceitual, através da qual um domínio experiencial é parcialmente compreendido em relação a outro domínio experiencial incluso no mesmo domínio experiencial comum.

Para esses autores, os conceitos metonímicos fazem parte do modo cotidiano de agir, pensar e falar das pessoas. No caso da metonímia parte pelo todo, por exemplo, há muitas partes que podem representar o todo, mas a parte selecionada deve enfatizar quais aspectos do todo se pretende selecionar. Logo, essa seleção é de algum modo intencional, pois permite focalizar aspectos da entidade, e emerge das nossas experiências em relação ao modo pelo qual as partes estão geralmente relacionadas com o todo.

Taylor (1989: 23), ao explicar metonímia como uma das categorias de extensão, aponta para a definição da retórica tradicional, segundo a qual o nome de uma entidade é usado para referir a uma outra entidade, que é contígua à primeira: “[...] the name of one entity e1 is used to refer to another entity e2 wich is contiguous to e1”³. Afirma ainda que esse processo de transferência de referência é possível, devido à função-referência, que permite, por exemplo, usar um nome como *copo* para se referir a seu conteúdo. Taylor admite que as expressões metonímicas são, em geral, convencionalizadas. Isso significa, para o autor, que a criação da metonímia é um processo produtivo, no entanto, com limitações: é regra usarmos o nome do artista para fazer referência à sua obra, mas não usaríamos ‘Mary was delicious’ para nos referirmos à guloseima feita por Mary. Na verdade, poderíamos até pensar na ocorrência do exemplo acima em contextos com explicações essencialmente pragmáticas, o que dificulta que o seu uso seja convencionalizado.

Para Taylor (1989), a razão da construção do processo metonímico é que a essência da metonímia reside na possibilidade de se estabelecerem conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma dada estrutura conceitual. Essa caracterização sugere um conceito de metonímia mais amplo que o dado pela retórica tradicional: as entidades não precisam ser contíguas em algum sentido espacial, nem a metonímia é restrita ao ato de transferência; trata-se, portanto, de um processo básico de extensão de significado.

Ainda na perspectiva da semântica cognitiva, Croft (2000) nos apresenta um estudo sobre metáforas e metonímias, diferenciando-as, em função de a primeira ser uma relação conceitual entre dois domínios e a segunda ocorrer dentro de um mesmo domínio. Assim, Croft retoma o conceito dado por Lakoff & Turner (2000: 231), segundo o qual “[...] a metonymic mapping occurs within a single domain matrix, not across domains”⁴. Logo, a noção de domínio tem um papel significativo na interpretação da metonímia.

O autor explica isso através de enunciados que não serão aqui literalmente traduzidos, mas apresento uso de exemplos correspondentes em nossa língua.

³ [...] o mesmo nome de uma entidade e1 é utilizado para referir-se a outra entidade e2, que é contígua a e1.

⁴ [...] um mapeamento metonímico ocorre dentro de uma única matriz de domínio; não entre domínios.

- (6) *Luís Fernando Veríssimo* é brasileiro.
(7) *Luís Fernando Veríssimo* é fácil de ler.
(8) *A Folha de São Paulo* é um bom jornal.
(9) *A Folha de São Paulo* comprou o Correio Popular.

Enquanto os termos destacados estão no sentido literal em (6) e (8); em (7) e (9), temos o processo de metonímia. No entanto, argumenta Croft (2000), a obra de Veríssimo, assim como a instituição que produz o jornal, é parte do conceito de {Veríssimo} e {Folha} respectivamente. Desse modo, a metonímia se constitui numa troca de domínios, mas dentro de um mesmo domínio matriz, fazendo realçar um domínio que era secundário no sentido literal.

O referido autor ainda aponta para o fato de que esse recurso de substituição é uma consequência da metonímia e também ocorre em outros casos de ambiguidade lexical, que não são considerados metonímia. Por exemplo:

- (10) O *livro* é pesado
(11) O *livro* é sobre a história do Iraque.

Reconhecidamente, para a semântica cognitiva, há dois domínios primários para *livro*: objeto físico e conteúdo semântico. O predicado *ser pesado* salienta um domínio (objeto físico) e o predicado *ser a história do Iraque* salienta outro domínio (conteúdo semântico). De um ponto de vista conceitual, os conceitos simbolizados são diferentes em (10) e (11), mas não há referência a duas entidades. Não se trata, portanto, de um caso de metonímia, mas sim de polissemia, pois os elementos definidos em cada domínio são altamente intrínsecos e não fazem referência a entidades externas.

Desse modo, ao comparar metonímia com polissemia, Croft (2000) sugere haver um continuum entre ambos os processos, conforme representado abaixo:

LIVRO	Objeto físico Conteúdo	Trata-se de dois domínios do mesmo referente	Polissemia
JANELA	Objeto físico Abertura	Trata-se de dois sentidos não tão intrínsecos	Processo não definido
REVISTA	Revista Instituição	Trata-se de dois referentes	Metonímia

Tabela3: Comparação entre metonímia e polissemia

Assim, das informações organizadas na tabela, podemos afirmar que a diferença entre a polissemia e a metonímia está no fato de que os sentidos da polissemia não apontam para dois referentes, ao contrário da metonímia, cuja propriedade básica é a mudança do referente. O argumento utilizado para diferenciar a metonímia da polissemia, próprio da semântica cognitiva, não é compatível, como visto na seção anterior, à explicação dada pela Teoria do Léxico Gerativo, quando trata dos mesmos termos exemplificados na tabela acima e os classifica como casos de polissemia regular.

Até o momento, mostramos exemplos clássicos de processos metonímicos, cujas representações facilmente são explicadas no aporte teórico do léxico gerativo ou da semântica cognitiva. Mesmo se tratando de estudos realizados em diferentes perspectivas teóricas, em ambos os casos fica ressaltada a sistematicidade desse processo na língua. No entanto, há construções linguísticas que, aparentemente, comportam-se como metonímia, mas são utilizadas em contextos muito específicos por um grupo de falantes, o que acarreta uma dificuldade de padronização ou sistematização desses exemplos no processo metonímico mais geral. Veremos, na próxima seção, como são discutidos na literatura pesquisada da semântica lexical os enunciados produzidos em contextos específicos.

3. METONÍMIA E PRAGMÁTICA

Gayral (1998), com a intenção de nos levar a questionar sobre os limites entre o que é significado lexical e o que é conhecimento enciclopédico, classifica como metonímia clássica aquela que se apresenta já institucionalizada como polissemia. É o caso de palavras como *empresa*, *cidade* e *universidade*, cujas facetas são instituição, pessoas e prédio. Em oposição à primeira, chama a atenção para a metonímia “pragmática”, quando esta é compreendida apenas em seu contexto de uso. É o caso de se referir a um cliente de uma lanchonete pelo prato que ele costuma pedir, como em *O sanduíche de presunto quer mais café*, exemplo

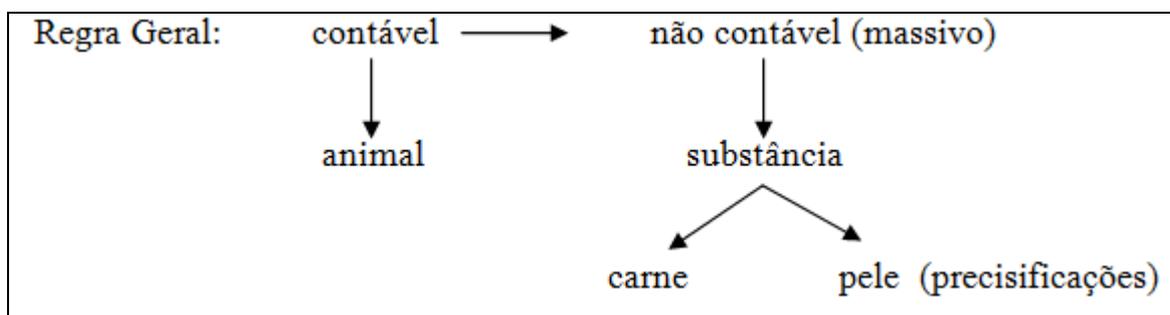
baseado em Jackendoff (2002: 340). Tal enunciado faz parte de um contexto específico e só pode ser interpretado pelas pessoas que dele fazem parte, como os garçons. No terceiro grupo, classifica os princípios estáveis de mudança de sentido, que são algumas das alternâncias reconhecidas pela retórica clássica como metonímia, como: conteúdo/contínente, processo/resultado, objeto/massa.

Para Gayral (1998), não há dúvida em se afirmar que no primeiro grupo há um processo de lexicalização enquanto, no segundo, há um processo de contextualização. O que ainda não se consegue definir é em que processo inserir o terceiro grupo. Desse modo, a autora questiona como definir fronteira entre o que é metonímia e o que são diferentes facetas de um sentido. Trataremos, então, de apresentar uma discussão acerca do terceiro grupo apontado por Gayral, tomando como exemplo a alternância animal/carne do animal.

Para Nunberg (1996), os casos baseados na alternância contável/não contável devem ser classificados como polissêmicos, a exemplo do enunciado abaixo:

(12) Chegaram ao restaurante com a intenção de experimentar *coelho*.

Segundo o autor, *coelho* é uma palavra polissêmica, pois possui dois sentidos – animal e carne – e todas as ocorrências de transformação de contável para não-contável (massivo) devem ser sistematizadas. Portanto, ele propõe um tratamento unificado a esse tipo de polissemia:



Quadro 2: Regra da polissemia contável X não contável

Já para Kleiber (1999), nem sempre um termo contável permite a transformação em um termo não-contável, o que o faz distinguir dois processos, exemplificados em:

(13) Depois do acidente, havia *coelho* espalhado por toda a estrada.

(14) A jaula está fedendo a *coelho*.

(15) Ele comeu *coelho* no restaurante.

Segundo o autor, em enunciados como (13) e (14), há apenas o sentido original – o contável – para o item *coelho* (animal) que, em determinados contextos, é usado como não-

contável. Já em (15), o item lexical possui um segundo sentido – o não-contável – (carne). Assim, enquanto em (13) e (14) há o processo de contextualização, trata-se o enunciado (15) de um exemplo de processo de lexicalização. É importante ressaltar que Kleiber só assume a polissemia em casos de lexicalização, como ocorre em (15).

Portanto, há uma diferença entre a posição assumida em Nunberg e Kleiber em relação ao papel da pragmática em seus estudos. Para Nunberg, esse processo de extensão de sentido se dá por uma relação de relevância entre as propriedades, assim, ele vê a polissemia contextual e lexical juntas, em oposição a Kleiber, que separa a lexicalização da contextualização. Isso reforça a afirmação de que, em estudos sobre polissemia, não é tão claro o limite entre a definição de um processo lexicalizado e a de um processo contextualizado.

Tem sido comum na literatura que trata as questões do léxico encontrarmos exemplos de extensão de sentido ou metonímia considerados como pragmáticos, como o enunciado citado por Gayral (1998): *o omelete saiu*. Conforme observam Copestake e Briscoe (1996), Nunberg já discutia, desde 1979, o uso de termos que designam pratos (alimentos) para fazer referência a pessoas, o que chega a ser considerado processo metonímico, porém não convencionalizado. De fato, trata-se de um processo metonímico no sentido de que se usa um termo para designar um outro referente, tanto que, em testes sintáticos, temos como resultado as regras de concordância obedecendo ao referente apontado e não ao nome utilizado. Assim podemos dizer

(16) O fritas está apressado hoje.

Além do que ocorre em (16), em que o artigo *o* concorda com o referente apontado (singular) e não com o nome *fritas*, também não podemos coordenar o enunciado utilizando o mesmo nome tanto para o referente (pessoa) quanto para o prato pedido:

(17) (?) O fritas está apressado e está esfriando.

A questão que se coloca então não é em relação à pertinência ao se classificar tal processo como metonímico, pois parece claro se tratar de uma extensão de sentido com mudança de referente. O que deve ser questionado é a regularidade desse processo. Podemos pensar em alguma regra, pois encontramos exemplos de uso do nome do prato pedido no restaurante para indicar o cliente, mas poderíamos questionar se ocorre o contrário, isto é, o

uso do nome do cliente com referência ao prato. Talvez isso se justifique pelo contexto de ocorrência desses exemplos, no qual o prato escolhido no cardápio tem relevância para as pessoas que trabalham nessa área. De qualquer forma, como se trata de enunciados interpretados somente em contextos muito específicos, tem-se adotado tradicionalmente o posicionamento de que é inviável um estudo que busque regras a fim de torná-los processos lexicalizados. Com uma perspectiva diferente da apresentada, Jackendoff (2002) sugere um tratamento formal a esse tipo de processo linguístico, o que será exposto na seção subsequente.

4. UMA ABORDAGEM FORMAL PARA A METONÍMIA NÃO CONVENCIONAL

De acordo com o que afirma Jackendoff (2002), há na língua alguns enunciados nos quais parte do conteúdo semântico não corresponde a alguma parte expressa nas estruturas fonológica e sintática. Logo, a compreensão desses enunciados depende da interpretação de tal conteúdo não explícito, o que é possível de se explicar pelo processo de composição enriquecida. Dentre os exemplos apresentados pelo autor em sua argumentação a favor desse fato, tem-se o seguinte enunciado:

(18) *The ham sandwich over in the corner wants more coffee.*
(O sanduíche de presunto da esquina quer mais café)

Para a leitura e interpretação de (18), o autor nos propõe a seguinte reflexão: tal mecanismo, como já fora citado, representa situações nas quais partes do conteúdo semântico da frase não têm estrutura fonológica e sintática, logo, para uma compreensão adequada, é necessária a interação entre gramática, estrutura conceitual e contexto.

Se construíssemos o significado do enunciado, analisando-o como um processo de transferência do referente, como ocorre na metonímia em geral, acarretaria que o *sandwich* tem um desejo, o que fere a boa formação conceitual da língua. Portanto, o interlocutor atinge a compreensão esperada, por meio de uma reestruturação do enunciado, fazendo uso de palavras não presentes nas estruturas fonológica e sintática, o que Jackendoff afirma ser uma paráfrase, cujo resultado é visto em

(19) *The person over in the corner (contextually associated with a ham sandwich) wants a more coffee.*

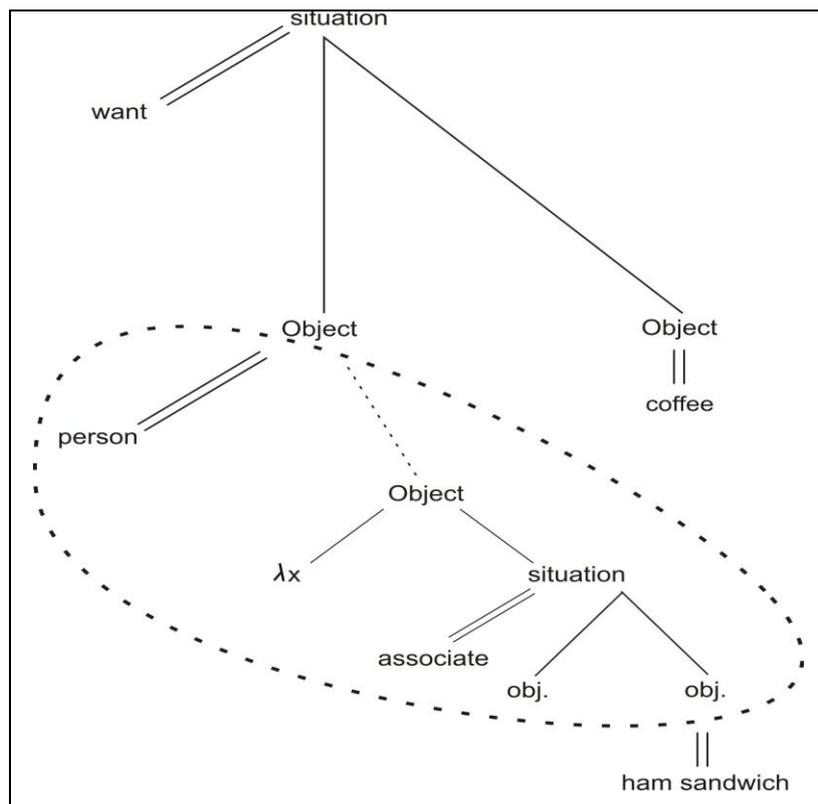
(A pessoa da esquina (contextualmente associada a um *sanduíche de presunto*) quer mais café))

O autor nos coloca três possibilidades para explicar esse procedimento de transformação de (18) em (19). Vejamos cada uma delas:

1) *Ham sandwich* é um termo lexicalmente polissêmico, tendo um significado extra como ‘pessoa contextualmente associada a um sanduíche de presunto’ talvez derivado de uma regra lexical. Descarta essa hipótese, dada a impossibilidade de se armazenar esse significado extra na memória de longo prazo, requisito crucial para o aprendizado lexical nesta concepção conceitualista do significado.

2) O enunciado não faz parte da competência gramatical do falante, tratando-se de um fenômeno explicado somente na pragmática. Também descarta esta hipótese, a partir de outros exemplos em que a transferência do referente tem relação com regras sobre ordem gramatical.

3) As partes omissas nas estruturas fonológica e sintática podem ser tratadas como partes semânticas regulares, aliás, tão regulares que, segundo o autor, se comparadas à morfologia, corresponderiam a afixos regulares. Assim, a parte responsável pelo processo de transferência do referente seria um pedaço da linguagem que pode ser usado livremente para construir novas sentenças. Em função de não haver reflexos sintáticos ou fonológicos, trata-se de um pedaço do significado que, de forma convencional, não tem expressão aberta no enunciado, representado formalmente pelo esquema no quadro abaixo.



Quadro 3: Jackendoff (2002: 390)

O ponto central dessa hipótese está no fato de que o falante pode abreviar a sua declaração, levando seu interlocutor a reconstruir a unidade não expressa, como afirma Jackendoff (2002: 391) em: “I suggest we can think of it as a conventionalized element of meaning that speakers can use to abbreviate their utterances, trusting that hearers can construct this element when it is absent from the signal”⁵.

De forma ambivalente, essa reconstrução, segundo o autor, tanto é de natureza pragmática, pois o sentido está na parte contextualizada da interpretação, mas não é parte da sentença, quanto é semântica, visto que o sentido também é convencionalizado e integrado com a estrutura conceitual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos um breve panorama de estudos da metonímia, considerando o tratamento dado a esse fenômeno por diferentes autores, por meio de abordagens teóricas nem sempre compatíveis. Assim, foi possível, em um primeiro momento,

⁵ Sugiro que possamos pensar nisto como um elemento convencionalizado do significado que os falantes podem utilizar para abreviar seus enunciados, confiando que os interlocutores possam construir este elemento quando ele estiver ausente do sinal.

observar a relação próxima entre metonímia e polissemia, uma vez que os casos classificados pela TLG no quadro da polissemia lógica assemelham-se aos exemplos tradicionalmente vistos como metonímia clássica. Em sequência, pudemos contrapor a polissemia lógica à metonímia, quando observada na perspectiva da semântica cognitiva. Retomando aqui uma comparação que diferencie as duas concepções, podemos estabelecer que, enquanto a semântica cognitiva atribui a flexibilidade do léxico à mente, e não ao código, a Teoria do Léxico Gerativo vê essa flexibilidade no próprio léxico. Além disso, Pustejovsky trata a metonímia convencionalizada como polissemia lógica, não diferenciando os dois processos, diferença esta que se apresentou como relevante na abordagem cognitivista.

No entanto, esse confronto de ideias cabe apenas quando está em jogo a relação entre metonímia e polissemia nos casos mais convencionais. Parece que, diante da metonímia não-convencionalizada, tal confronto não se estabelece, visto que Pustejovsky não trata desse fenômeno, delegando o estudo de tais casos à área da Pragmática. Assim, apresentamos uma discussão sobre os casos de metonímia não convencionais, muitas vezes tratados como extensão de sentido, apontando para a dificuldade em se tratar formalmente os enunciados cuja interpretação depende de um conhecimento contextual.

Dado esse panorama, parece não haver problema tratar as extensões de sentido, até o momento vistas como pragmáticas, em uma perspectiva lexical, aliando a isso a leitura de Jackendoff (2002), dada a sua proposta de tratar os aspectos contextuais da metonímia não convencionalizada no domínio da estrutura conceptual.

Dessa forma, ao longo deste artigo, procuramos mostrar que, diante de construções linguísticas interpretadas contextualmente, é possível investigar se há regularidades e possibilidades de formalização dos processos. Esperamos, com isso, ter contribuído, de alguma forma, para a pesquisa na área da semântica lexical e para o nosso conhecimento quanto ao funcionamento da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARCELONA, Antônio. *Metaphor and metonymy at the crossroads*. New York: Mouton de Gruyter, 2003.
2. COPESTAKE, Ann & BRISCOE, Ted. Semi-productive polysemy and sense extension. In: PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV, Branimir. *Lexical Semantics. The problem of polysemy*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

3. CROFT, William. The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. In: PEETERS, Bert. *The lexicon-encyclopedia interface*. Amsterdam: Elsevier, 2000.
4. GAYRAL, Françoise. Créativité du Sens en Contexte et Hypothèse de Compositionnalité. *Traitement automatique des langues*, v.39, n.1, 67-98, 1998.
5. JACKENDOFF, Ray. *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. New York: Oxford, University Press, 2002.
6. KLEIBER, Georges. *Problèmes de sémantique: la polysémie en questions*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1999.
7. LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002.
8. NUNBERG, Geoffrey. Transfers of Meaning. In: PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV Branimir. *Lexical Semantics – the problem of polysemy*. New York: Oxford University Press, 1996.
9. PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press, 1995.
10. TAYLOR, John. R. *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

ABSTRACT: Based on different perspectives of semantics, this paper proposes a discussion of metonymy as a process that can be approached with a lexical, cognitive or pragmatic focus. To achieve this, the following steps are required: comparing metonymy and systematic polysemy, departing from the Generative Lexical Theory (Pustejovsky, 1995), and discussing the boundary between linguistic and pragmatic criteria to account for the cases of specific context-dependent metonymy. The last step consists of presenting the enriched composition process (Jackendoff, 2002), which is proposed as a possible model of conceptual representation for non-conventionalized metonymic processes.

Keywords: semantics; metonymy; polysemy.

Recebido no dia 05 de dezembro de 2012.

Aceito para publicação no dia 04 de fevereiro de 2013.